

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.194 - AC (2019/0217427-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO**
OUTRO NOME : **HOSPITAL SANTA JULIANA**
ADVOGADO : **MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA E OUTRO(S) - AC003272**
RECORRENTE : **UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA**
ADVOGADOS : **JOSIANE DO COUTO SPADA E OUTRO(S) - AC003805**
 MAURÍCIO VICENTE SPADA - AC004308
 EDUARDO LUIZ SPADA - AC005072
RECORRIDO : **MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **MIRZA VANY MESQUITA FELIX**
RECORRIDO : **GLADISTON DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **GLAUBER DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **MIRLA ROSE DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **PAULO NASCIMENTO PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA E OUTRO(S) - AC003249**
 ANDRÉ FERREIRA MARQUES - AC003319
AGRAVANTE : **MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **MIRZA VANY MESQUITA FELIX**
AGRAVANTE : **GLADISTON DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **GLAUBER DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **MIRLA ROSE DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **PAULO NASCIMENTO PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA - AC003249**
 ANDRÉ FERREIRA MARQUES - AC003319
AGRAVADO : **OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO**
OUTRO NOME : **HOSPITAL SANTA JULIANA**
ADVOGADO : **MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA E OUTRO(S) - AC003272**
AGRAVADO : **UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA**
ADVOGADOS : **JOSIANE DO COUTO SPADA E OUTRO(S) - AC003805**
 MAURÍCIO VICENTE SPADA - AC004308
 EDUARDO LUIZ SPADA - AC005072

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. (e-STJ fls. 685/728), com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre assim ementado:

"DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. MORTE NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEXO CAUSAL. DANO MORAL CARACTERIZADO. PERDA DE UMA CHANCE DE SOBREVIVÊNCIA. TERMO INICIAL JUROS MORATÓRIOS.

RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. DATA DO EVENTO DANOSO.

1. A responsabilidade objetiva para o prestador do serviço prevista no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, no caso, o hospital, limita-se aos serviços relacionados ao estabelecimento empresarial, tais como a estadia do paciente (internação e alimentação), as instalações, os equipamentos e os serviços auxiliares (enfermagem, exames, radiologia) (Precedente STJ).

2. Trata a hipótese de paciente que se queixava de dor e, a despeito de seu acompanhante ter alertado o corpo de enfermeiros a respeito desta circunstância, não fora convocado o médico plantonista para prestar assistência devida, daí decorrendo o óbito. Verificado, pelos depoimentos colhidos na origem, que o protocolo aplicável ao caso indicava a convocação do médico, bem como que referido profissional, caso convocado, poderia realizar procedimentos aptos a evitar o óbito do paciente.

3. Configuração clara e evidente de perda de chance de sobrevivência do paciente, ato ilícito indenizável, nos termos da doutrina e jurisprudência pátrias.

4. O valor da reparação por danos morais deve ser proporcional à intensidade do abalo moral sofrido, sem perder de vista o sentido punitivo da indenização, com especial relevo na fixação de seu valor a situação econômica do responsável pelo dano.

5. Nas hipóteses em que ocorre o óbito da vítima e a compensação por dano moral é reivindicada pelos respectivos familiares, o liame entre os parentes e o causador do dano possui natureza extracontratual, nos termos do art. 927, do CC e da Súmula 54/STJ.

Termo inicial dos juros de mora, portanto, é a data do evento danoso, ou seja, a data em que configurado o erro médico causador do dano. (STJ, REsp 1698812/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. 13.3.2018).

6. Apelo do Hospital Santa Juliana desprovido.

7. Apelo da Unimed Rio Branco desprovido.

8. Apelo dos autores parcialmente providos" (e-STJ fls. 582/583).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 369, 371, 408, 468 do Código de Processo Civil de 2015, 14, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor, 405, 407 e 944 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, a inexistência de negligência e a necessidade de realização de perícia para avaliar a aplicação da teoria da perda de uma chance.

Aduz não subsistir a sua responsabilidade civil, haja vista sua responsabilidade ser subjetiva.

Por fim, postula pela redução do valor da indenização e requer a incidência dos juros de mora a partir da citação.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial inadmitido foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à alegada violação dos artigos 369, 371, 408 e 464 do CPC/2015 verifica-se que o conteúdo normativo desses dispositivos não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

No que diz respeito à responsabilidade do hospital, a jurisprudência desta Corte encontra-se consolidada no sentido de que a responsabilidade do prestador do serviço é objetiva quando relacionada ao estabelecimento empresarial, tais como estadia do paciente (internação e alimentação), instalações, equipamentos e serviços auxiliares (enfermagem, exames, radiologia).

No presente caso, foi constatada a falha na prestação de serviço (e-STJ fls. 593/594), sendo, portanto, a responsabilidade objetiva.

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VÍCIOS DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL. INEXISTENTES. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CONDIÇÕES DA AÇÃO. TEORIA DA ASSERTÇÃO. RESPONSABILIDADE DE HOSPITAL E OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. INFECÇÃO DE PARTURIENTE. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONFIGURADO. ÓBITO DA PACIENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. LAUDO PERICIAL. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VALOR DO DANO MORAL. EXORBITÂNCIA. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO CONFIGURADO.

1. Ação ajuizada em 04/08/03. Recursos especiais interpostos em 09/05/13 e atribuídos ao gabinete em 25/08/16.

2. O propósito recursal consiste em dizer: i) da negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal de origem, ante os vícios de omissão, contradição e erro material; ii) da legitimidade passiva para a causa de hospital e operadora de plano de saúde; iii) da configuração de dano material e moral indenizável; iv) dos limites da responsabilidade do hospital e da operadora de plano de saúde, em razão de infecção que levou ao óbito da paciente; v) da revisão do valor da compensação por danos morais no particular; vi) do julgamento além do pedido formulado na petição inicial.

3. O suposto erro material indicado constitui verdadeira tese de defesa e

não uma mera incorreção na redação do acórdão, motivo pelo qual incabível embargos de declaração nesta hipótese.

4. Não constitui vício de omissão o fato de o Tribunal declinar as razões de seu convencimento sobre a efetiva ocorrência da responsabilidade civil do hospital e da operadora de plano de saúde na espécie, em vez de adotar a tese de defesa de ter o dano ocorrido em virtude de outras possibilidades ou fortuitos externos em torno da infecção que levou a paciente ao óbito.

5. O vício de contradição de julgamento diz respeito à incompatibilidade entre as premissas e a conclusão do raciocínio jurídico, razão pela qual não se presta a conjugar elementos externos à própria decisão. Logo, para efeitos do art. 535, do CPC/73, inadmissível a tese de contradição entre o acórdão recorrido e o laudo pericial.

6. As condições da ação são averiguadas de acordo com a teoria da asserção, razão pela qual, para que se reconheça a legitimidade passiva "ad causam", os argumentos aduzidos na inicial devem possibilitar a inferência, em um exame puramente abstrato, de que o réu pode ser o sujeito responsável pela violação do direito subjetivo do autor.

7. A responsabilidade objetiva para o prestador de serviço, prevista no art. 14 do CDC, na hipótese de tratar-se de hospital, limita-se aos serviços relacionados ao estabelecimento empresarial, tais como estadia do paciente (internação e alimentação), instalações, equipamentos e serviços auxiliares (enfermagem, exames, radiologia).

8. Se o dano decorre de falha técnica restrita ao profissional médico, que não possui qualquer vínculo com o hospital - seja de emprego ou de mera preposição - não cabe atribuir ao nosocômio a obrigação de indenizar a vítima.

9. A responsabilidade das operadoras de plano de saúde decorre da falha na prestação dos serviços médicos e hospitalares próprios ou credenciados.

10. A argumentação em torno da inexistência de dano ao paciente - inclusive destacando trechos do laudo pericial que, em tese, amparam a pretensão - encontra óbice na Súmula 7/STJ, pois inadmissível em recurso especial a revisão de fatos e provas que atestaram os danos de ordem material e moral, decorrentes da infecção e óbito da parturiente.

11. Em relação ao valor arbitrado pelo Tribunal de origem a título de compensação por danos morais, a jurisprudência desta Corte orienta que apenas em hipóteses excepcionais, em que configurado evidente exagero ou irrisoriedade da quantia, o recurso especial seria a via adequada para nova fixação excepcional. Circunstâncias não identificadas na hipótese concreta.

12. Considerando o ato ilícito absoluto, causador da morte da paciente, sobre o valor da condenação por danos morais incidem juros de mora desde a data do evento danoso e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362/STJ). Precedente da Corte Especial.

13. Não há se falar em julgamento além do pedido, quando a prestação jurisdicional guarda correlação com a pretensão concretamente manifestada pelos demandantes.

14. Recursos especiais conhecidos e não providos"

(REsp 1.769.520/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA

TURMA, julgado em 21/5/2019, DJe 24/5/2019).

Quanto ao pedido de redução do valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que não se pode afirmar desarrazoado o arbitramento da indenização devida pelo recorrente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em danos morais.

No que tange aos juros de mora, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a responsabilidade civil no caso de morte da vítima som consequente pagamento de indenização aos familiares tem natureza extracontratual, pelo que os juros moratórios sobre as indenizações por danos materiais e morais devem incidir a partir da data do evento danoso, conforme consta no seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. MORTE DA VÍTIMA. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A responsabilidade civil por erro médico, na hipótese em que ocorre a morte da vítima e a reparação por danos morais é pleiteada pelos respectivos familiares, possui natureza extracontratual e, portanto, o termo inicial dos juros de mora é a data do evento danoso. Precedentes.

2. Hipótese em que, no entanto, por força do princípio da vedação da reformatio in pejus, mantém-se o acórdão recorrido, que determinou a incidência dos juros moratórios a partir da citação.

3. Agravo interno a que se nega provimento"

(AgInt nos EDcl no REsp 1.732.556/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/5/2019, DJe 18/6/2019).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 17% (dezessete por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 605), os quais devem ser majorados para o patamar de 20% (vinte por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator